



CAMPESINATO, CAPITAL INDUSTRIAL E AS DISPUTAS NO ESPAÇO AGRÁRIO DA MESORREGIÃO OESTE PARANAENSE

Edson Luiz Zanchetti da Luz ¹

Djoni Roos ²

RESUMO

O presente trabalho considera a resistência da classe camponesa frente ao desenvolvimento do capitalismo no campo, que pela sua lógica, contraditória e desigual, cria e mantém relações não-capitalistas de produção. O exemplo desse tipo de relação que tratamos neste trabalho é a que ocorre por meio da produção integrada de aves de corte, em que a cooperativa Copagrill, representante do capital industrial, subordina a renda do camponês avicultor presente na mesorregião Oeste do Paraná. O objetivo desta pesquisa é investigar quais são os mecanismos materiais e imateriais que contribuem para a manutenção do controle do território e, para tanto, trouxemos para análise um dos projetos educacionais do agronegócio existentes em nossa região de estudo. Os dados e as informações foram buscados junto aos órgãos governamentais, nos relatórios e informativos da cooperativa estudada, sendo também utilizadas fontes primárias, por meio de pesquisa de campo realizada junto aos camponeses avicultores. Os resultados demonstraram de que maneira o avanço do capital sobre a terra determina os movimentos do camponês no espaço. E de que modo ocorre a sustentação do território através dos projetos educacionais do agronegócio atuantes no Oeste paranaense.

Palavras-chave: Avicultura, Camponês, Ideologia, Produção integrada.

RESUMEN

Este trabajo considera la resistencia de la clase campesina ante el desarrollo del capitalismo en el campo, el cual, a través de su lógica contradictoria y desigual, crea y mantiene relaciones de producción no capitalistas. El ejemplo de este tipo de relación que tratamos en este trabajo es el que se da a través de la producción integrada de pollos de engorde, en que la cooperativa Copagrill, representante del capital industrial, subordina los ingresos del campesino avicultor presente en la mesorregião Oeste del Paraná. El propósito de esta investigación es investigar qué mecanismos materiales e inmateriales que contribuyen al mantenimiento del control sobre el territorio, de esta manera llevamos al análisis uno de los proyectos educativos agroindustriales existentes en nuestra región de estudio. Se buscaron datos y información de agencias gubernamentales, en informes y boletines de la cooperativa estudiada, utilizando también fuentes primarias a través de investigaciones de campo realizadas con los campesinos avicultores. Los resultados mostraron cómo el avance del capital sobre la tierra determina los movimientos campesinos en el espacio. Y cómo el apoyo del territorio se da a través de los proyectos educativos da agroindustria que operan en el Oeste paranaense.

Palabras clave: Avicultura, Campesino, Ideologia, Producción integrada.

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, campus de Mal. Cândido Rondon/PR. E-mail: zanchetti0701@gmail.com

² Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, campus de Mal. Cândido Rondon/PR. E-mail: djoni.roos@unioeste.br



INTRODUÇÃO

O presente trabalho resulta de reflexões obtidas no processo de construção da dissertação, em que buscamos compreender de que maneira se dá o controle territorial por meio da ideologia. Como recorte espacial, apresentamos a mesorregião Oeste do Paraná e, considerando a multidimensionalidade do espaço, nos propomos a analisar os mecanismos materiais e imateriais que contribuíram para a subordinação do campesinato ao capital industrial.

Este estudo está dividido em três partes: inicialmente, no referencial teórico, reafirma-se a permanência do campesinato na atualidade e analisa-se de que maneira essa relação é recriada pelo capitalismo. Na segunda parte, apresenta-se como resultado da pesquisa uma leitura sobre o modo pelo qual o capital monopolizou o território da mesorregião Oeste paranaense. Por fim, a conclusão do trabalho é destinada à análise de um dos mecanismos utilizados pelo capital industrial na manutenção do controle territorial.

METODOLOGIA

O presente trabalho direciona-se por meio da compreensão de que o capital, ao se expandir sobre o campo, pode territorializar-se ou monopolizar o território (OLIVEIRA, 2001). Parte-se do pressuposto de que este segundo processo ocorreu de modo significativo em nossa região, onde o capital dominou o circuito produtivo, no entanto, sem desterritorializar a totalidade da classe camponesa, mantendo-a subordinada ao capital industrial.

Como conceito-chave, tem-se o território, entendendo que o este não é uno, não se refere apenas a espaços delimitados fisicamente, produto final e estático, mas sobretudo, a compreensão do conceito de território é tida a partir das relações de poder, sendo ele o produto concreto das lutas de classes (ROOS, 2015).

Buscando compreender os processos e as relações que constituem o espaço agrário da mesorregião Oeste paranaense, adotou-se como procedimento metodológico o levantamento bibliográfico, compreendendo o estudo de temas como questão agrária, campesinato, luta de classes e ideologia, organização política e coletiva dos camponeses, modo de produção capitalista, renda da terra e avanço do capitalismo no campo. Também



foi realizada a coleta de informações e dados junto a diversas entidades e organizações, como sindicatos, associações, órgãos públicos, indústrias avícolas, entre outros.

REFERENCIAL TEÓRICO

O espaço agrário brasileiro é marcado por profundas desigualdades e contrastes. Assim, a compreensão do processo de expansão desigual e contraditória das relações capitalistas é de fundamental importância para a interpretação da questão agrária brasileira (MARTINS, 1981; OLIVEIRA, 1996). A reprodução das relações capitalistas a partir da subordinação de relações não-capitalistas de produção é fruto deste processo de expansão, e é nesse contexto que está inserida a produção de frangos de corte, realizada geralmente em pequenas propriedades rurais, através da utilização do trabalho familiar camponês e da subjugação da renda da terra camponesa para as camadas capitalistas.

Na mesorregião Oeste paranaense, o processo de subordinação camponesa ocorre de maneira significativa. A estrutura fundiária, formada em grande parte por pequenas e médias propriedades que remontam o processo de colonização, indica a permanência e a recriação de parcela do campesinato no espaço rural. Porém, trata-se de uma reprodução contraditória, pois está subordinada às empresas capitalistas.

A recriação de parcela da classe camponesa pelo capital, bem como a reprodução capitalista através de relações não-capitalistas, são interpretações da realidade do campo brasileiro que partem da corrente de pensamento “campesinista” (CAMACHO, 2013), que compreende que o desenvolvimento do capitalismo se assenta também em relações sociais não tipicamente capitalistas.

Martins (1981) e Oliveira (1996) interpretam o campo brasileiro considerando o desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo. Assim, compreendem os camponeses como integrantes do todo que compõe o sistema capitalista, ou seja, se fazem presentes e resistem a partir das contradições do próprio capitalismo. Ao mesmo tempo que em certos locais os camponeses são expulsos e expropriados de suas terras, em outros locais são criadas condições para que eles possam se reproduzir de forma subordinada. Tais interpretações sobre o campesinato divergem das concepções ligadas a uma linha mais ortodoxa do marxismo, a corrente “proletarista”, que apontava para o inevitável desaparecimento do camponês.

Autores como Kautsky (1972) e Lênin (1980) entendem o campesinato como uma relação “pré-capitalista” de produção que deveria desaparecer com o desenvolvimento



das forças produtivas. O fato de somente a grande propriedade rural apresentar as melhores condições de absorver e implementar as mudanças advindas do progresso técnico, como novos maquinários, insumos e divisão social do trabalho, fatalmente causaria o fim das pequenas propriedades, que seriam absorvidas por estes novos empreendimentos capitalistas, e os camponeses – por sua vez – se tornariam proletários rurais (ROOS, 2015).

O campesinato era visto como um tipo de relação que mascarava o antagonismo entre capital e trabalho, desta forma, o fim do campesinato desnudaria a contradição fundamental do capitalismo e ajudaria a combatê-lo. Assim, a anunciada decomposição dos camponeses em patrões e proletários era uma questão necessária para possibilitar o processo revolucionário que, neste entendimento, dependeria do claro antagonismo de classes. Portanto, a ampliação e a expansão do capitalismo levariam ao aumento da capacidade revolucionária da sociedade (ROOS, 2015).

Caminhando para um debate atual, e diante da permanência de pequenas propriedades com trabalho familiar, mesmo com o pleno desenvolvimento do capitalismo no setor agrário, surgem outros entendimentos acerca do campesinato. Dentre as correntes mais difundidas, está a que relaciona a permanência da agricultura familiar no campo, condicionada à transformação em empresa familiar rural, pois desta maneira estariam aptos à adoção de novas tecnologias e adaptados ao mercado, ou seja, os camponeses sofreriam uma metamorfose, tornando-se então agricultores profissionais, e aquilo que era um modo de vida passaria a ser uma profissão, uma nova forma de trabalho (ABRAMOVAY, 1998).

Esse pensamento é norteado pelo paradigma do capitalismo agrário, o qual entende que as desigualdades geradas pelas relações capitalistas são um problema conjuntural e podem ser eliminados por meio de políticas que possibilitem a integração do campesinato ou do agricultor de base familiar ao mercado capitalista. Nesta lógica, campesinato e capital compõem o mesmo modelo de desenvolvimento, fazendo parte de uma totalidade (sociedade capitalista) que não os diferencia, porque a luta de classes não é elemento deste paradigma (FERNANDES, 2013).

Tal visão que concebe o campo brasileiro em estado de harmonia, hoje é majoritária, e muito disso se deve ao intenso e contínuo trabalho de formação ideológica que transforma as ideias da classe dominante em verdades para toda sociedade. Essa construção ideológica ganhou impulso com a “Revolução Verde”, que sob o pretexto de



umentar a produção de alimentos, pregava levar a “modernidade” para o campo. É nesse contexto que o capital industrial integrado à produção agropecuária se consolida em todo país.

Diante disso, buscaremos, por meio deste trabalho, contribuir para desvelar essa aparente harmonia, nos apoiando em autores como Martins (1981), Oliveira (2005), Shanin (2008), entre outros. Iremos a contrapelo da visão positivista que não visualiza as desigualdades presentes no campo e que, não observando as contradições do modo de produção capitalista, também não vislumbra a permanência da classe camponesa presente na sociedade atual.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A apropriação territorial da mesorregião Oeste do Paraná consistiu na reconstrução do espaço das antigas colônias de imigrantes europeus no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, revelando a necessidade que o Capital tem de fazer coexistir espaços e tempos desiguais e combinados, a convivência do “velho” e do “novo”, das antigas relações de trabalho com as modernas formas de acumulação. Esses são elementos que, conforme Graziano Silva (1981), revelam a debilidade das transformações capitalistas na agricultura brasileira, não que este modo de produção não seja dominante, mas essa combinação do “atrasado” com o “moderno” se configura como a característica do desenvolvimento capitalista neste espaço.

A apropriação ou a ocupação atual do Oeste do Paraná passa, sem dúvida, também pela atuação do Estado, mas muito mais como facilitador dos agentes privados que atuaram e lucraram com a “colonização” da região, do que como um organizador do território.

A ocupação e construção do espaço agrário dos municípios que hoje compõem a mesorregião Oeste paranaense ocorreram de maneira muito similar, por meio da atuação de empresas colonizadoras. A estrutura fundiária desse espaço é reflexo desse padrão de ocupação.

O historiador Valdir Gregory (2002) aponta dois elementos que de acordo com ele contribuíram de maneira particular para a “colonização” do Oeste do Paraná: a crise mundial de 1929, que trouxe incertezas para as companhias estrangeiras que operavam no Oeste do estado, e o excedente populacional nas velhas colônias de imigrantes europeus do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.



Analisando esses dois elementos, percebe-se que o primeiro é decorrente de uma crise mundial no período entre guerras, fazendo com que as empresas que atuavam nessa região paralisassem as operações ou falissem por completo. Este primeiro fator fez despertar o interesse dos empresários nacionais na região, já o segundo decorre dos excedentes populacionais das antigas colônias de imigrantes, ou seja, mais ao Sul, na região onde estes camponeses já estavam instalados, não havia mais terras disponíveis ou o preço a pagar por elas era alto demais, desta forma, a possibilidade de terras novas em uma nova colônia se tornava interessante.

Há de se ressaltar as ponderações trazidas por Minsky (2002), de que para a concretização da apropriação desse território houve a construção de um discurso carregado de significados, que tratava o Oeste do Paraná como um “sertão”, uma terra a ser desbravada. De acordo com o historiador, essa construção ideológica se fez necessária:

Para garantir a posse política econômica da região de fronteira, como para escamotear uma realidade contrária aos ‘interesses nacionais’ do Estado Novo e de ‘eliminar’ da história as populações indígenas, os posseiros e empresas paraguaias e argentinas que exploravam as terras localizadas dentro da Faixa de Fronteira até o final da década de 1930 (MINSKY, 2002, p. 142).

Esse discurso de “ocupar os sertões” do Brasil foi posto em prática a partir do Governo de Getúlio Vargas, momento em que se deu início a política da “Marcha para o Oeste”. Para a consecução dos planos das empresas colonizadoras, esse espaço físico – de fato – precisaria estar “limpo”. A expulsão dos posseiros, e também de indígenas, envolvendo ou não o seu extermínio, foi o que passou a ser chamado de “limpeza da área” (SERRA, 2019), um processo extremamente violento da história paranaense que eliminou ou deslocou para outros estados e países as populações que aqui viviam.

Neste contexto é que se insere a afirmação de Martins (1981), quando este nos fala que tanto o deslocamento do posseiro quanto o deslocamento do pequeno proprietário são determinados, fundamentalmente, pelo avanço do capital sobre a terra. Na mesorregião Oeste do Paraná, o capital nessa quadra histórica é representado pelas empresas exploradoras de madeira e colonizadoras que atuaram nessa região.

Myskiw (2002) escreve em sua dissertação sobre os conflitos de terra no Oeste paranaense, em que muitas empresas colonizadoras utilizaram os camponeses posseiros



na extração da madeira de maior valor comercial, abrindo as primeiras estradas e preparando a infraestrutura para os camponeses-proprietários. Após os trabalhos prestados, estes sujeitos – pessoas “sem origem” – passaram a se tornar um empecilho frente aos projetos de colonização.

A esse respeito, Gregory (2002), que estudou as migrações no Oeste do Paraná, destaca que os trabalhadores remanescentes do processo inicial se tornaram empecilhos para as empresas colonizadoras. “[...] pois os euro-brasileiros tinham restrições em participar da colonização de áreas onde havia presença de pessoas ‘sem origem’. Dessa forma, a questão étnica se confundia com interesses econômicos das empresas madeireiras e colonizadoras” (2002 p. 93).

Quando Gregory (2002) afirma que a questão étnica se confundia com os interesses econômicos das empresas colonizadoras, não era só pelo gosto pessoal aos “eurobrasileiros”, ou pelo preconceito racial em relação aos posseiros, mas é também devido ao fato de que os “colonos” do Sul já demonstravam maior enquadramento à ética capitalista do trabalho como uma virtude (eram mais “pacatos”), e muitos deles já traziam conhecimento acerca do trabalho integrado ao capital industrial³.

Ao aproximarmos nossa escala de observação, detendo-se à especificidade dos sujeitos escolhidos para ocuparem esses projetos de colonização e à forma como foi planejada a organização desse espaço, ver-se-á outra conjunção de elementos que levaram à escolha específica dos camponeses proprietários das antigas colônias do Sul.

O primeiro ponto é o padrão do tamanho das áreas de terras de até 24 hectares⁴, que se encaixava nas condições dos “colonos”, mas sobretudo, era o modo de aumentar o lucro das empresas colonizadoras de maneira imediata. Basear a colonização na pequena propriedade contribuiria para um rápido e denso povoamento, e serviria também como propaganda: mostraria a qualidade da colônia e aumentaria a lucratividade da colonizadora (GREGORY, 2002).

O ponto sobre a dimensão das propriedades e a organização dos lotes, que buscava reeditar o modelo do antigo espaço encontrado no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina,

³ Um exemplo deste trabalho integrado ao capital industrial é tratado por José Vicente Tavares dos Santos no livro *Os Colonos do Vinho* (1978).

⁴ Conforme a Lei nº 8.629/1993, a definição de pequena propriedade refere-se ao imóvel de área compreendida entre 1 e 4 módulos fiscais. Nos municípios em questão, o módulo fiscal equivale a 18 hectares.



mostra que se mirava na classe camponesa, conforme o governador do Paraná na década de 1950, porque “[...] a pequena propriedade e o trabalho agrícola de família, não assalariado, determinam uma estabilidade econômica e social” (ROCHA NETO apud MINSK, 2002, p. 69).

Sobretudo, buscavam-se camponeses justamente pela mão de obra familiar, devido à baixa capitalização e à necessidade de vender seus produtos logo após a colheita, não tendo condições de barganhar melhor preço e, novamente, possibilitando maior lucro às empresas agrícolas. Esse era o significado da estabilidade econômica, já a estabilidade social se dava em função do compromisso assumido pelos camponeses e das longas parcelas que haviam de pagar pela terra. A condição de proprietários que os camponeses das antigas colônias do Sul detinham é o que os tornava aptos a realizarem o parcelamento das novas propriedades. A escolha por estes sujeitos se dá, sobretudo, pelo acesso ao crédito bancário, assim, o cativo do trabalho familiar, neste caso, passa a ser mediado pelos bancos.

Até a década de 1960, a região já se encontrava plenamente ocupada e os principais municípios já haviam se emancipado politicamente. Em termos econômicos, Mesquita e Silva (1970), em artigo publicado na Revista Brasileira de Geografia (RGB), realizaram um estudo, por meio da geografia quantitativa, identificando as regiões agrícolas do Paraná, o qual indica que a produção agrícola do Oeste do estado era diversificada, típicos das regiões de policultura colonial onde a produção de milho se destacava devido à suinocultura.

Neste mesmo artigo, as autoras constatarem que:

Nestas regiões de colonização recente, a crescente importância comercial da lavoura e da suinocultura não tem sido acompanhada, entretanto, do emprego de técnicas mais evoluídas na atividade agrícola, subsistindo, ainda, práticas agrícolas de rotação de terras (MESQUITA; SILVA, 1970, p. 35).

A ênfase dada ao não uso das “técnicas mais evoluídas” na atividade agrícola demonstra que a preocupação e os esforços dos órgãos de pesquisa governamentais subsidiados pelo pensamento acadêmico estavam em viabilizar a implementação de um pacote tecnológico “moderno”. Essa compreensão dicotômica entre o “velho” e o “novo”, o “atrasado” e “moderno”, é a que vai comandar a política econômica e agrícola do Paraná com grande ênfase no Oeste do estado.



Décadas mais tarde, em artigo também publicado pela RGB, Adma Figueiredo faz uma análise dos descaminhos da política econômica aplicada na década de 1970. Segundo a autora, a transformação agrícola do Oeste do Paraná resume o projeto de modernização induzida pelo Estado na década de 1970, em que o crédito subsidiado era a alavanca da modernização agrícola. Apenas na região Oeste se concentrou 67,5% do número de produtores que ingressaram no sistema de crédito em todo o Paraná entre 1970 e 1975, detendo o maior volume do crédito rural em todo o país, isto é, 2,8% do montante total destinado ao campo em 1980 (FIGUEIREDO, 1992).

Apesar do grande montante de créditos destinado ao Oeste do estado, essa política econômica não foi exclusiva do Paraná. No período pós-golpe de 1964, o Brasil – como um todo – teve uma ampla oferta de créditos que se deu no contexto da “Revolução Verde”. Como aponta Chã (2018), uma das condições impostas aos agricultores para a liberação de financiamentos bancários era a adoção do pacote tecnológico que preconizava a utilização de fertilizantes, agrotóxicos e o plantio mecanizado em larga escala.

Paulino (2007) acrescenta que as políticas disseminadoras da “Revolução Verde” contaram com um aporte de recursos públicos sem precedentes, buscando implementar um paradigma empresarial na agricultura e que, diante do montante ofertado e da falta de controle na aplicação, houve inumeráveis desvios e grande parte destes recursos foram transferidos para aplicações financeiras e ampliação de bens patrimoniais.

Ainda sobre a oferta de créditos, Graziano (1985) afirma que a maior parte destes incentivos se acumularam nas grandes propriedades, não chegando a atingir as pequenas unidades agrícolas que produzem os alimentos de primeira necessidade, o que inclusive aumentou a disparidade de renda no campo.

Nota-se que o crédito rural foi um dos instrumentos utilizados pelo Estado brasileiro na realização dessa “modernização” induzida, mas não foi um mecanismo isolado, compunha um elemento do pacote da Revolução Verde. Figueiredo (1992) assinala outro elemento que cumpriu grande importância para a tarefa de “modernização” na agricultura, que foram os órgãos de assistência oficial ou privada.

A conjugação, em uma só instituição, desses dois canais de alteração das técnicas de produção – crédito rural e assistência técnica – realizou-se pela consolidação do sistema cooperativista, que, em sua crescente ampliação e diversificação de funções, incluiu a de repassar o crédito e



a de prestar assistência técnica a seus associados, sendo responsável, portanto, pela transmissão das novas técnicas principalmente nas áreas de predomínio da pequena produção (FIGUEIREDO, 1992 p. 95).

E dessa forma, como a região Oeste do Paraná era uma das áreas de predomínio de pequena produção de base familiar camponesa, as cooperativas tiveram papel fundamental no processo de intermediação do crédito agrícola e implementação deste novo modelo de agricultura. Este é o caso de grande parte das cooperativas presentes na Mesorregião Oeste, como a Copacol, a Coopavel, a Lar, a C.Vale e a Copagrill, fundadas entre as décadas de 1960 e 1970, que num primeiro momento, atuaram principalmente com infraestrutura e assistência técnica para a difusão do plantio de culturas “modernas”, como a soja e milho (BELUSSO, 2010).

Maria Rita Loureiro (1981) já advertia sobre o papel das cooperativas como instrumento de modernização da agricultura e, ao fazer uma análise da Lei n.º 5.764, de dezembro de 1971, revelou a estreita ligação entre o Estado e a expansão do capitalismo no campo. A autora é enfática ao afirmar que a lei que define a política nacional de cooperativismo, na verdade serviu para eliminar os obstáculos que impediriam as cooperativas de operarem como qualquer outro tipo de empreendimento capitalista.

Agindo como empresas capitalistas, mas transvestidas de cooperativas, esses empreendimentos contribuíram para a transformação do modelo agrícola e para a intensificação da transferência da renda camponesa para o capital industrial na mesorregião Oeste do Paraná. Nesse sentido, a atuação da cooperativa Copagrill em Marechal Cândido Rondon –PR é exemplar para o entendimento deste processo.

A Cooperativa Agroindustrial Copagrill, que em nosso estudo representa o capital industrial presente nesta região do estado, foi fundada em outubro de 1970, mas já eram reveladoras as movimentações que ocorriam nos anos anteriores. Conforme aponta Storti (2010), as instituições que discutiam a criação de uma cooperativa neste espaço eram o Sindicato Rural Patronal em parceria com a Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná (ACARPA) e a prefeitura municipal. Quando os representantes da elite agrária se reúnem com os empresários locais, isso indica que o interesse do empreendimento não é a busca por melhores condições no campo, mas sim a busca pelos lucros.

Conforme o seu último relatório, a Copagrill obteve um faturamento de mais 2,5 bilhões de reais no ano de 2020, sendo que a maior fatia deste montante – 27,6% – foi obtida por meio da unidade de aves (COPAGRILL, 2020). Esse grande faturamento,

sobretudo ligado ao abate de frangos, segue a tendência do estado paranaense que, no ano de 2020, abateu mais de 2 bilhões de frangos (IBGE, 2020), mais de um terço do total nacional, e com grande destaque para a mesorregião Oeste, conforme podemos ver no Mapa 1, abaixo.

Mapa 1 – DISTRIBUIÇÃO DO REBANHO GALINÁCEO



Fonte: IBGE,2020.

No entanto, o dado revelador da contradição presente nesse tipo de produção é o que traz o último Censo Agropecuário (IBGE, 2017), que indica que do número total de estabelecimentos agropecuários com galináceos na mesorregião Oeste paranaense, 78%, provêm da agricultura familiar⁵, ou seja, dos camponeses. Esses dados confirmam a informação da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) de que a grande maioria dos produtores de frango no país é formada por pequenos produtores rurais (cerca de 120 mil). Em sua publicação, a ABPA também divulgou que mais de 90% da produção avícola no Brasil segue o sistema de integração.

O sistema de integração das empresas com as famílias camponesas é extremamente vantajoso para as empresas agrícolas. Oliveira (1996) nos oferece elementos que ajudam na compreensão do porquê as empresas que operam esse sistema se tornam “parceiras” da produção camponesa. Um dos motivos é que através do contrato de integração, essas indústrias não precisam comprar nem mesmo arrendar a terra, pois a

⁵ Agricultura familiar referente ao Decreto 9.064 de 31/05/2017.



propriedade continua sendo do camponês e, dessa forma, não há – por parte das indústrias – a imobilização de capital.

Nesse tipo de produção ocorre a monopolização do território camponês pelo capital, em que a propriedade camponesa está sujeita aos interesses da indústria, “[...] o capital monopoliza o território sem, entretanto, territorializar-se, e assim estamos diante do processo de monopolização do território pelo capital monopolista” (OLIVEIRA, 1996, p. 24-25). Na medida em que monopolizam a produção, as empresas agrícolas se apropriam da renda da terra produzida pelos camponeses, e é nessa subordinação em que o camponês está inserido que as empresas acumulam capital.

Outra questão, também primordial e que justifica a integração entre a indústria e o camponês, é em relação ao custo de mão de obra individual não contabilizada, o que proporciona um baixo valor aos produtos entregues. “O primeiro elemento que se destaca na caracterização da produção camponesa é a força de trabalho familiar, este é o motor do processo de trabalho na produção camponesa” (OLIVEIRA, 1996, p. 55). E como o contrato de integração é feito pela produção total e não sobre o trabalho realizado por cada membro da família camponesa, o valor referente à mão de obra necessária para a realização do produto é desconsiderado pela indústria.

Este tipo de integração com as empresas processadoras de frango foram implementadas na esteira da “modernização” da agricultura e que como vimos, teve grande incentivo do Estado apoiando sobretudo a grande produção de monoculturas e a mecanização. O que inclusive favoreceu a concentração fundiária e o aumento das grandes propriedades, empurrando cada vez mais a classe camponesa para a proletarização.

Diante disso, o que é possível interpretar é que a subordinação da renda ao capital industrial também se configura como uma estratégia camponesa, em que ao vincularem-se, através do sistema integrado, às empresas e cooperativas, estes camponeses conseguem permanecer na terra e se reproduzirem enquanto classe.

Entende-se que estes sujeitos foram conduzidos ao sistema de integração avícola diante de uma necessidade material e ações determinantes que causaram alterações nas relações e no espaço. Mas para isso, os atores sintagmáticos (RAFFESTIN, 1993) tiveram que agir na conquista do território imaterial, produzindo e propagando o discurso da inevitabilidade da agricultura “moderna”, o que colocava o campesinato diante da única escolha que se apresentava: a de buscar se adequar ao modelo da produção agroindustrial.



Esse discurso mostra claramente a opção do Estado brasileiro por este modelo de produção agrícola, o que posicionou o país dentro da divisão internacional do trabalho como um produtor de *commodities*, o que é, para além de um projeto econômico, também um projeto político e ideológico. Assim, essas foram as ações que inicialmente se desdobraram no espaço social, conquistando o imaginário da sociedade, no qual alicerçaram as bases para a conquista do território material, este, no espaço físico.

Conforme aponta Fernandes (2008), o território pode ser caracterizado em duas vertentes: o imaterial e o material. No entanto sempre se apresentam de maneira conjunta, sendo o território imaterial sustentáculo para a conquista e para o controle do material.

[...] os materiais são formados no espaço físico e os imateriais no espaço social a partir das relações sociais, por meio de pensamentos, conceitos, teorias e ideologias. Territórios materiais e imateriais são indissociáveis, porque um não existe sem o outro e estão vinculados pela intencionalidade. A construção do território material é resultado de uma relação de poder que é sustentada pelo território imaterial como conhecimento, teoria e ou ideologia (FERNANDES, 2008, p. 282).

Concordando com Fernandes (2008), que a construção e a sustentação do território se dá por meio de uma relação de poder expressa através do conhecimento e de ideologias, é possível entender que a burguesia se mantém hegemônica no controle do território do Oeste paranaense, primeiramente agindo sob o território imaterial e, sobretudo, através da difusão dos valores e da ideologia da classe burguesa.

É preciso salientar que apesar de hegemônica, a burguesia não é soberana. O espaço está em contante disputa, no entanto, de modo desigual, em que muitas das ações se dão através de políticas públicas aplicadas pelo Estado, que por sua vez está posto a serviço da classe dominante. Assim criam-se instituições, desenvolvem-se mecanismos e se difundem novos valores a partir da utilização de mecanismos materiais e imateriais.

Desse modo, passaremos a analisar um dos mecanismos utilizados para a difusão dos valores da classe dominante que contribui para a sustentação do território organizado pelo e para o capital industrial.

Projetos educacionais do agronegócio existentes no Oeste paranaense

Afagar a terra, conhecer os desejos da terra, cio da terra, a propícia estação... e fecundar o chão. Um dos mais antigos ofícios, cultivar o solo para produzir alimentos, evoluiu a partir de várias novas tecnologias que melhoraram as técnicas e aumentaram a produtividade



das lavouras. Essa evolução vem sendo acompanhada cada vez mais por jovens cooperados e filhos de associados da Copagril, que integram os comitês de jovens (COPAGRIL, 2016).

O trecho acima foi retirado do *site* da Copagril, produzido com a finalidade de divulgar os Comitês Jovens que foram premiados no Concurso de Projetos Agrícolas, evento que premia as plantações com maior produtividade e que conta com o apoio de empresas nacionais como Agroeste e Agrocerec, e grandes conglomerados multinacionais como Bayer, Ubyfol, Morgan e Pionner, detentoras de patentes de milho e soja híbridos, transgênicos e produtoras de agrotóxicos e fertilizantes. Dessa forma, este breve texto é um retrato sucinto do processo de territorialização e expansão contraditória das relações capitalistas que é realizado por meio da Copagril de Marechal Cândido Rondon.

O texto inicia com uma estrofe da canção *Cio da Terra* (1977), de Chico Buarque e Milton Nascimento, que estão entre os maiores nomes da Música Popular Brasileira. A consagrada música, está presente inclusive em místicas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e é utilizada por vários movimentos camponeses que lutam contra os projetos hegemônicos de dominação no campo. O uso dessa canção por parte do departamento de cooperativismo da empresa tem o objetivo de ativar as memórias coletivas do leitor, remetendo-nos a um outro tipo de relação com a terra.

A Copagril, ao criar uma identificação em comum, ao demonstrar que possui os mesmos valores morais que a família camponesa, tenta humanizar a relação empresarial que exerce. O parágrafo do referido texto segue, e já podemos observar o uso de várias palavras-chave, como: “evoluiu”, “novas tecnologias”, “melhoraram as técnicas”, “aumentaram a produtividade”, “evolução”. Palavras que remetem à inevitabilidade do futuro, cuja evolução se dá por meio das novas tecnologias de produção oferecidas pelo mercado.

É visto que em muitos dos eventos e promoções patrocinados por grandes empresas do agronegócio, como esse concurso de projetos agrícolas que se realiza por meio dos Comitês Jovens, há uma implícita construção ideológica que é reproduzida em todos os setores agrícolas que a Copagril atua. Na avicultura, por exemplo, o significado de “evolução” e alta produtividade se relaciona com a instalação dos aviários Dark House⁶, em que o custo de construção de cada unidade, em 2019, era de cerca de R\$ 800 mil.

⁶ Aviários totalmente fechados em que as aves ficam sob luz artificial e têm capacidade para um maior alojamento de frangos.

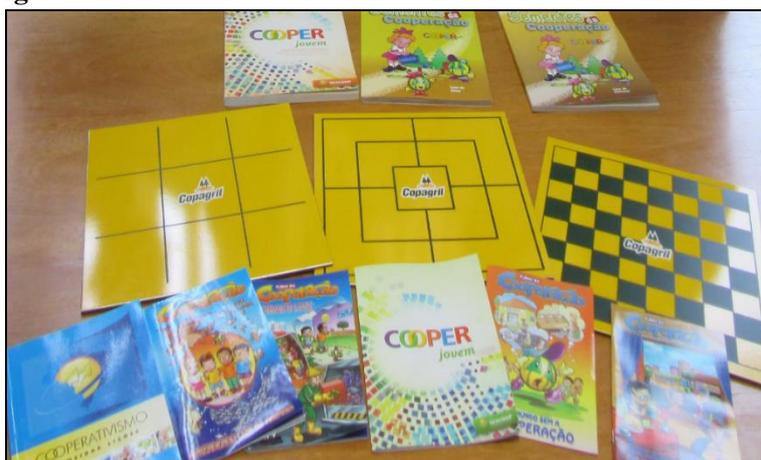


Além da realização anual dos projetos agrícolas, a Associação dos Comitês de Jovens da Copagril (ACJC), sob a coordenação da Assessoria de Cooperativismo, desenvolve diversos cursos e palestras aos jovens associados, entre outras ações de caráter esportivo e cultural, como a Olimpíada da ACJC e a Maratona Cultural.

Outro programa de fortalecimento dessa ideologia e forma de cooperativismo que é mantido pela Copagril é o Cooperjovem, articulado nacionalmente pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), sendo desenvolvido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop), que é uma das entidades que integra o sistema “S”. Desde 2006, o Cooperjovem é aplicado pela Copagril nas escolas municipais de Marechal Cândido Rondon, Quatro Pontes, Mercedes, Pato Bragado, Entre Rios do Oeste e Guaíra, todas da mesorregião Oeste do Paraná, abrangendo cerca de 6 mil alunos e 420 professores (COPAGRIL, 2019).

Segundo o informativo da empresa, o objetivo do programa é difundir o cooperativismo e, para isso, buscam a realização de diversas atividades, como cursos, palestras, jogos e dinâmicas, além de distribuição de materiais didáticos, camisetas, entre outros (Figura 1). Uma das ações que ocorrem dentro do programa Cooperjovem é o Prêmio de Redação, que é destinado aos estudantes do 4º e 5º ano do ensino fundamental. Esse evento acontece anualmente, e na edição 2019 o tema foi: “Por que o Cooperjovem merece o ‘Oscar’ da educação?”.

Figura 1 - MATERIAL DIDÁTICO COOPERJOVEM/COPAGRIL



Fonte: Copagril (2016).

Conforme noticiado no *site* da Copagril, antes do início das atividades letivas, os coordenadores pedagógicos das escolas municipais assistem a palestra de “sensibilização



da metodologia do Cooperjovem e terão treinamento de como conduzir os trabalhos do Cooperjovem nas escolas” (COPAGRIL, 2016, n.p.). Nota-se que neste processo de formação política e ideológica, além da Copagrill passar a ser a referência de cooperativa, impõem-se aos professores a maneira e o conteúdo que será trabalhado sobre o cooperativismo, e estes profissionais de ensino – mesmo que inconscientemente – tornam-se os propagadores das ideias da classe dominante.

Para se ter uma dimensão do alcance dos programas de fortalecimento do cooperativismo, somente no ano de 2018 a Copagrill realizou 480 reuniões sociais dos Comitês Femininos, Comitês Jovens e Cooperjovem, que tiveram a participação de mais de 14 mil pessoas e um total de 98.720 horas de atividades (COPAGRIL, 2018). Se multiplicarmos os 6 mil alunos que anualmente participam do programa Cooperjovem, durante os 13 anos de sua aplicação nas escolas municipais, veremos que mais de 70 mil pessoas tiveram, na sua formação básica, conteúdos voltados para o cooperativismo vinculados à Copagrill.

Pode-se observar que os processos educacionais desenvolvidos pelas cooperativas dentro das escolas municipais (com início ainda na infância e continuados por meio dos comitês e projetos de fortalecimento do cooperativismo) introduzem aos jovens do campo ideologias voltadas ao agronegócio, ditadas pela lógica do mercado. Além de impossibilitar uma educação libertadora. Há, também, uma gradativa perda dos saberes geracionais em detrimento ao conhecimento técnico, que intensifica a subordinação e a dependência destes sujeitos ao capital.

No desenvolvimento desses programas, oculta-se o essencial, que é o processo de formação ideológica que ocorre, ou seja, transformar as ideias da classe dominante para a sociedade como um todo, fazendo com que a aparência social tome lugar da realidade vivida. “Para que isto ocorra é preciso que a classe dominante, além de produzir suas próprias ideias, também possa distribuí-las, o que é feito, por exemplo, através da educação, da religião, dos costumes, dos meios de comunicação disponíveis” (CHAUÍ, 2008, p. 46).

Ainda conforme Chauí (2008), para essa formação ideológica ser efetiva é preciso que os membros da sociedade percebam que as características comuns a todos, sejam mais relevantes do que as diferenças sociais existentes, deixando desta forma de considerar o conflito de classes existente.



A realização dessa formação continuada, por parte da cooperativa Copagrill, não ocorre de maneira isolada, e muito menos é uma ação pioneira deste empreendimento. Há uma série de outros exemplos de iniciativas “educacionais” por parte de empresas privadas que, utilizando-se das ferramentas estatais, contribuem para perpetuação do modelo hegemônico de agricultura.

A nível estadual, podemos citar o Agrinho, iniciativa da Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), que desde os anos 1990 é desenvolvido dentro das escolas do Paraná, tendo atingido mais de 1,5 milhões de alunos. Outro programa é o Empreendedorismo do Jovem Rural, mantido pelo Instituto Souza Cruz, estudado por Camacho (2014).

Chã (2018) ainda enumera outros programas que ocorrem a nível nacional, como o Agronegócio na Escola (Associação Brasileira de Agronegócio), o Projeto AGORA (União da Indústria de Cana-de-Açúcar), a Comunidade Educativa da BUNGE, o SYNGENTA Escola no campo, o DuPont na Escola e o Escola Germinare do Grupo JBS. Além destes programas, há também o recente movimento “mães do agro” que se propõe a fiscalizar o conteúdo dos materiais didáticos e a atuação dos professores que criticam o agronegócio.

Estes são alguns dos principais projetos desenvolvidos dentro das escolas que contribuem para a difusão do paradigma empresarial na sociedade brasileira. São instrumentos de formação política e ideológica da classe dominante transvestidos de ferramentas educacionais. Tais mecanismos constroem, no território imaterial e no imaginário social, um campo harmônico e homogêneo, escamoteando os conflitos socioambientais e contribuindo para a manutenção material do domínio do território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trouxemos, inicialmente neste trabalho, a discussão sobre a permanência do campesinato frente ao pleno desenvolvimento do capitalismo no campo. Apoiado no Paradigma da Questão Agrária, compreende-se que a relação camponesa, enquanto relação não tipicamente capitalista, permanece e também é recriada dentro do modo de produção capitalista, fruto das contradições deste modo de produção.

Os resultados da pesquisa demonstraram de que maneira o avanço do capital sobre a terra determina os movimentos do camponês no espaço. Vimos que a apropriação territorial da mesoregião Oeste do Paraná pelo capital contou primeiramente com a



conquista do território imaterial por meio da construção de um discurso hegemônico do “sertão” a ser conquistado. Essa ação sustentou a “limpeza” étnica e a reconstrução do espaço com relações semelhantes às das demograficamente saturadas colônias de imigrantes de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

Anos mais tarde, esse mesmo espaço se tornou modelo do projeto de “modernização” aplicado na agricultura. O projeto, impulsionado pela grande oferta de créditos estatais, que de modo geral se destinava aos grandes proprietários agrícolas, teve no Oeste paranaense importante intermediação das cooperativas agrícolas que realizavam o repasse de crédito aos pequenos proprietários da região, condicionando a assistência técnica à adoção dos novos insumos industrializados. Tal intermediação contribuiu para a implementação do novo modelo agrícola, integrando este espaço à lógica econômica global através da intensificação da subordinação da renda camponesa ao capital industrial.

Entendemos que os dois processos observados, a ocupação recente do Oeste paranaense e sua incorporação à divisão internacional do trabalho se deram por meio de mecanismos materiais (incentivos creditícios, tecnologias, técnicas de plantio) e imateriais (teorias modernizantes, assistência técnica etc.), que agindo de modo combinado e integrados à ordem econômica global, construíram a hegemonia da classe burguesa no território da mesorregião Oeste do Paraná.

A construção e a sustentação do território se dá por uma relação de poder, e sendo considerados os projetos educacionais do agronegócio atuantes no Oeste paranaense como expressão deste poder-conhecimento, analisamos os programas de fortalecimento do cooperativismo desenvolvidos pela Copagrifil.

Compreendendo desta maneira que os programas como o analisado são instrumentos de formação política e ideológica da classe dominante, que sob o escopo de difusão dos valores cooperativistas, levam para dentro das escolas, materiais “pedagógicos” que vão na contramão de uma educação libertadora, invisibiliza os sujeitos, as lutas e a desigualdade estrutural presente no campo.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: Hucitec. 1998.

BELUSSO, D.; HESPANHOL, A. N. A evolução da avicultura industrial brasileira e seus efeitos territoriais. **Revista Percurso – NEMO**, v. 2, n.1, Maringá 2010, p. 25 – 51.



CAMACHO, R. S. **Paradigmas em disputa na educação do campo.** Presidente Prudente – São Paulo, 2013.

CHAUÍ, M. **O que é ideologia.** 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2008, 119p.

CHÃ, A. M. **Agronegócio e indústria cultural:** estratégias das empresas para a construção da hegemonia. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

COPAGRIL. **Relatório Anual 2018.** Marechal Cândido Rondon. Gráfica Tuicial, 2019, 45p.

COPAGRIL. **Copagril e prefeitura reafirmam parceria do Programa Cooperjovem.** [S. l. s. d.] Disponível em: <https://www.copagril.com.br/noticia/1420>. Acesso em: 2 set. 2021.

COPAGRIL. **Comitês de Jovens são premiados no concurso de Projetos Agrícolas.** [S. l. s. d.] Disponível em: <https://copagril.com.br/noticia/1557/comites-de-jovens-sao-premiados-no-concurso-de-projetos-agricolas>. Acesso em: 2 set. 2021.

FERNANDES, B. M. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária:** o debate paradigmático e o conhecimento geográfico. 2013. v.1. 344 f.

FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do Território. *In:* FABRINI, J. E.; PAULINO, E. T. (Org). **Campesinato e territórios em disputa.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FIGUEIREDO, A. H. de. Crédito rural e mudança tecnológica no oeste do Paraná. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, n.54, 1992. pp. 83-117.

GRAZIANO SILVA, J. **A modernização dolorosa:** estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1981.

GREGORY, V. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial:** migrações no Oeste do Paraná (1940-70). Cascavel: EDUNIOESTE, 2002.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017.** Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/resultados-censo-agro-2017.html>. Acesso em: 08 set. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa da Pecuária Municipal 2020.** Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/ppm/quadros/brasil/2020>. Acesso em: 10 set. 2021.

KAUTSKY, K. A. **Questão Agrária.** Tradução de João Antunes. Porto: Portucalense, 1972.

LÊNIN, V. I. **Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos da América.** São Paulo: Brasil Debates, 1980.



LOUREIRO, M. R. G. (Org.). **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1981.

MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a Política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MESQUITA, O. V.; SILVA, S. T. Regiões agrícolas do Estado do Paraná: uma definição estatística. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano 32, n.1. 1970. pp. 03-42.

MINSKY, A. M. **Colonos, posseiros e grileiros: conflitos de terra no Oeste paranaense (1961/66)**. Niterói – Rio de Janeiro, 2002.

OLIVEIRA, A. U. de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1996.

OLIVEIRA, A. U. de. **A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária**. Estudos Avançados 15, 2001. p.185-206.

PAULINO, E. P. Alimentos e mercados: uma questão geopolítica e de classes. **Revista Formação**, n. 14, v.1. 2007. pp. 167-185.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

ROOS, D. **Contradições na construção dos territórios camponeses no centro-sul paranaense: territorialidades do agronegócio, subordinação e resistências**. Presidente Prudente – São Paulo, 2015.

SERRA, E. Grilagens de terra e conflitos rurais: o lado perverso da colonização no Paraná. **Revista Raega**. Curitiba, v.46, 2019. p. 58 -74.

SHANIN, T. Lições camponesas. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E (Orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo, 2008. p. 23-29.

STORTI, I. **As estratégias de existência camponesa entre os avicultores vinculados à Copagril**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, Paraná, 2010.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. **Os colonos do vinho: estudos sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. Hucitec. São Paulo, 1978.

UBABEF. A saga da avicultura brasileira – **Como o Brasil se tornou o maior exportador mundial de carne de frango**. [S. l. s. d.] Disponível em: <http://abpa-br.com.br/setores/avicultura/publicacoes/informes-especiais/>. Acesso em: 26 jan. 2021.